

# Termo de Referência 34/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2025	153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	MARCIO MEDEIROS OLIVEIRA	03/04/2025 14:11 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23070.013084/2024-07

## 1. Definição do Objeto

1.1. Contratação de serviços sob demanda, de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de aparelhos de ares-condicionados nas dependências da Universidade Federal de Goiás, no Campus Colemar Natal e Silva e Samambaia em Goiânia/GO e Campus Aparecida de Goiânia em Aparecida de Goiânia/GO, com fornecimento de material, a serem executados com regime sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	CABO PP 3/1,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	616158	METRO	200	R\$ 5,49	R\$ 1.098,00
	2	CABO PP 3/2,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	34410	METRO	200	R\$ 6,67	R\$ 1.334,00
	3	CABO PP 3/4 MM, METRO, APLICAÇÃO	415718	METRO	200	R\$ 10,10	R\$ 2.020,00

	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO					
4	CAPACITOR 10 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235019	UNIDADE	50	R\$ 16,20	R\$ 810,00
5	CAPACITOR 12 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	387633	UNIDADE	50	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
6	CAPACITOR 2 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	296556	UNIDADE	50	R\$ 7,92	R\$ 396,00
7	CAPACITOR 2,5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	287484	UNIDADE	50	R\$ 25,83	R\$ 1.291,50
8	CAPACITOR 3 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235018	UNIDADE	50	R\$ 7,11	R\$ 355,50
9	APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	244464	UNIDADE	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00
10	CAPACITOR, 30+2,5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	244464	UNIDADE	50	R\$ 44,72	R\$ 2.236,00
11	CAPACITOR, 35 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 29,98	R\$ 1.499,00
12	CAPACITOR, 35+2,5 UF - 5 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
13	CAPACITOR, 35+5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
14	CAPACITOR, 40 UF - APLICAÇÃO	392893	UNIDADE	50	R\$ 51,83	R\$ 2.591,50

	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO					
15	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	478343	UNIDADE	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
16	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	478343	UNIDADE	18	R\$ 1.135,00	R\$ 20.430,00
17	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	266263	UNIDADE	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
18	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	266263	UNIDADE	18	R\$ 1.495,99	R\$ 26.927,82
19	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	264706	UNIDADE	12	R\$ 948,00	R\$ 11.376,00
20	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	264706	UNIDADE	18	R\$ 1.111,50	R\$ 20.007,00
21	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286430	UNIDADE	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
22	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286430	UNIDADE	30	R\$ 1.190,00	R\$ 35.700,00
23	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	369710	UNIDADE	8	R\$ 3.500,00	R\$ 28.000,00
	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO					

I	24	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	369710	UNIDADE	12	R\$ 1.319,96	R\$ 15.839,52
	25	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286402	UNIDADE	3	R\$ 2.300,00	R\$ 6.900,00
	26	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286402	UNIDADE	7	R\$ 2.300,00	R\$ 16.100,00
	27	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	243684	UNIDADE	2	R\$ 2.463,30	R\$ 4.926,60
	28	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	243684	UNIDADE	3	R\$ 2.938,00	R\$ 8.814,00
	29	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	376457	UNIDADE	5	R\$ 494,80	R\$ 2.474,00
	30	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	376457	UNIDADE	3	R\$ 573,30	R\$ 1.719,90
	31	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	467569	UNIDADE	8	R\$ 700,00	R\$ 5.600,00
	32	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	467569	UNIDADE	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
	33	FLUIDO, REFRIGERANTE, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	232267	KG	260	R\$ 97,50	R\$ 25.350,00
		FLUIDO, REFRIGERANTE, R410 - APLICAÇÃO					

34	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	232267	KG	260	R\$ 130,00	R\$ 33.800,00
35	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 12.000 BTUS	2020	UNIDADE	40	R\$ 750,00	R\$ 30.000,00
36	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 BTUS	2020	UNIDADE	32	R\$ 750,00	R\$ 24.000,00
37	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 24.000 BTUS	2020	UNIDADE	19	R\$ 750,00	R\$ 14.250,00
38	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 790,00	R\$ 3.160,00
39	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 36.000 BTUS	2020	UNIDADE	10	R\$ 790,00	R\$ 7.900,00
40	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 48.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
41	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 60.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
42	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	3492	UNIDADE	174	R\$ 250,00	R\$ 43.500,00
43	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT	3492	UNIDADE	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00

	30.000 ATÉ 48.000 BTUS					
44	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	3492	UNIDADE	326	R\$ 250,00	R\$ 81.500,00
45	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	3492	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 28.500,00
46	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 ATÉ 48.000 BTUS	3492	UNIDADE	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
47	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	3492	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 28.500,00
48	TUBO, COBRE, 3/8 - METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	371624	METRO	50	R\$ 21,94	R\$ 1.097,00
49	TUBO, COBRE, 1/2 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	346251	METRO	50	R\$ 47,84	R\$ 2.392,00
50	TUBO, COBRE, 1/4 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	335763	METRO	50	R\$ 27,02	R\$ 1.351,00
	TUBO, COBRE, 3/4 METRO, APLICAÇÃO					R\$

	51	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	321246	METRO	50	R\$ 48,16	2.408,00
	52	TUBO, COBRE, 5/8 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	346252	METRO	50	R\$ 49,42	R\$ 2.471,00
<b>Valor Máximo da Contratação</b>							<b>R\$ 659.470,34</b>

1.1.1. Havendo divergência entre a especificação do CATMAT dos itens e o presente Termo de Referência, prevalecerá o deste último.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. As informações contidas neste Termo de Referência são classificadas como não sigilosas, podendo ser disponibilizadas a quaisquer pessoas que dela necessitem, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. A fim de que as atividades institucionais tenham continuidade e que o interesse público seja preservado, é responsabilidade da administração pública gerir e preservar seu patrimônio, sejam bens móveis ou imóveis. Nesse sentido, é de suma importância a contratação de empresa para instalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de aparelhos de ares-condicionados nas dependências da Universidade Federal de Goiás.

2.4. A manutenção adequada dos sistemas de ar-condicionado é essencial para garantir a eficiência operacional, o conforto térmico e a qualidade do ar em ambientes climatizados. Dada a importância desses sistemas para o bem-estar dos usuários e a continuidade das atividades diárias, torna-se imprescindível a realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva. Esses serviços visam não apenas prolongar a vida útil dos equipamentos, mas também assegurar a conformidade com as normas técnicas e regulatórias, além de otimizar o consumo energético e minimizar possíveis interrupções no funcionamento dos sistemas.

2.5. A necessidade de substituir componentes e realizar reparos técnicos é crucial para assegurar a funcionalidade contínua dos equipamentos de climatização. Sem a devida manutenção, há um risco significativo de desgaste prematuro e falhas inesperadas, o que pode resultar em custos elevados de substituição e reparo, além de comprometer a operação normal dos ambientes climatizados.

### **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução, sintetizando as informações dispostas neste estudo, consiste basicamente na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, pelo período de 6 (seis) meses, conforme especificações e condições constantes em edital.

3.3. O serviço a ser contratado não exige dedicação exclusiva de mão de obra dos trabalhadores da CONTRATADA, sendo desnecessária a presença contínua de um técnico especializado nas dependências onde se localiza os ares-condicionados. Desta forma, a CONTRATADA será a responsável prover todos os meios necessários a perfeita consecução dos serviços de manutenção, instalação e fornecimento de material necessário.

3.4. A manutenção preventiva, cujo objetivo é diminuir as possibilidades de paralisações, contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos e instalações funcionando em condições normais e compreende: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos equipamentos, limpeza, regulagem, inspeção e simulação de testes em todo o sistema, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos e instalações.

3.5. Na manutenção corretiva, a empresa deverá rever instalações, remover os defeitos de funcionamento de qualquer natureza apresentados pelos materiais, equipamentos e instalações. Deverá ser realizada por técnicos especializados, quando solicitado pela fiscalização.

### **4. Requisitos da contratação**

#### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todos os eventuais impactos ambientais que a execução do serviço objeto desse contrato receberão as devidas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar eventuais riscos ambientais.

#### **Subcontratação**



4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o objeto comum e de baixa complexidade.

### **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail hiatha@ufg.br.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1 Por ocasião da vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, poderá obter as informações relativas ao objeto da licitação, acessando o endereço eletrônico www.seinfra.ufg.br, clicando no menu "Licitações" e em seguida, escolhendo os arquivos digitais demandados/necessários para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta; ou ainda, acessando o endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.6.2. Eventuais dúvidas decorrentes da vistoria deverão ser dirimidas por escrito junto à SEINFRA /UFG, direcionados ao e-mail licitacao.seinfra@ufg.br; antes da data fixada para a sessão pública.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: após a assinatura do Contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho detalhados:

5.1.2.1 O objeto contratado será executado conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência e no Plano de Manutenção anexo, dentro dos preceitos da boa técnica e de acordo com os padrões de qualidade indispensáveis ao perfeito atendimento da finalidade a que se destina.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: Campus Samambaia, Goiânia/GO, Campus Colemar Natal e Silva, Goiânia/GO, e Campus Aparecida de Goiânia, Aparecida de Goiânia /GO.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo de acordo com a necessidade em cada caso:

- 5.3.1. Efetuar limpeza dos filtros de ar e/ou substituir por novos caso necessário;
- 5.3.2. Efetuar a limpeza externa do gabinete do evaporador;
- 5.3.3. Verificar a operação da drenagem e corrigir caso necessário;
- 5.3.4. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- 5.3.5. Verificar e corrigir a operação dos termostatos, controles e sensores de temperatura;
- 5.3.6. Higienizar evaporadores com aplicação de bactericida;
- 5.3.7. Verificar e eliminar odores desagradáveis nos ambientes climatizados;
- 5.3.8. Efetuar a limpeza da serpentina do evaporador;
- 5.3.9. Efetuar a limpeza do ventilador/rotor do evaporador;
- 5.3.10. Efetuar a limpeza da bandeja de condensado;
- 5.3.11. Verificar e corrigir reaperto de terminais/conexões elétricas;
- 5.3.12. Verificar e corrigir corrente/pressão/tensão;
- 5.3.13. Verificar e corrigir carga de gás;
- 5.3.14. Efetuar limpeza do condensador;
- 5.3.15. Verificar estados dos compressores;
- 5.3.16. Efetuar lubrificação geral dos equipamentos;
- 5.3.17. Verificar estado dos suportes/coxins e corrigir caso necessário;
- 5.3.18. Verificar e corrigir focos de corrosão nos equipamentos/acessórios;
- 5.3.19. Verificar e corrigir o isolamento térmico das linhas de cobre;
- 5.3.20. Análise da Qualidade do Ar (RE/09);

### **Materiais a serem disponibilizado.**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Para o atendimento da necessidade a empresa contratada deverá observar todos os aspectos necessários para o dimensionamento da solução, com base nas informações constantes

deste documento e seus anexos, sobretudo quanto à necessidade de profissional adequado para a prestação do serviço, a unidade de medida adotada para mensurar o serviço e os locais de execução do objeto.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Para maior agilidade na correção de defeitos dos aparelhos, a contratada deverá realizar o fornecimento de peças para reposição, quando as mesmas forem necessárias e será realizado o pagamento dos valores referentes às peças substituídas em conformidade com o previsto neste documento.

5.5.2. A empresa se obriga a manter serviço de pronto atendimento, devidamente dotado dos materiais, equipamentos e ferramentais necessários e com mão-de-obra especializada disponível, de forma a possibilitar o atendimento com presteza e o restabelecimento do regular funcionamento dos equipamentos/sistemas.

5.5.3. Quanto à Segurança do Trabalho:

5.5.3.1. Fornecimento de EPI's – a empresa deverá fornecer todos os EPIs necessários para atuação da equipe técnica na execução do objeto contratual.

5.5.3.1.1 O termo de retirada de EPI pelo profissional deverá ser apresentado à fiscalização antes do efetivo início das atividades.

5.5.3.1.2 A empresa deverá promover a utilização obrigatória dos EPIs e cumprimento das normas de segurança no trabalho vigentes.

5.5.3.1.3 O técnico de segurança da empresa poderá realizar vistoria prévia dos ambientes, cabendo a este profissional: reconhecer, analisar, monitorar e antecipar-se aos perigos existentes no ambiente de trabalho.

5.5.3.1.4 O relatório prévio de segurança deverá ser entregue para a fiscalização antes do início efetivo das atividades.

5.5.3.1.5 A empresa deverá assegurar que a equipe técnica esteja ciente das condições previstas no relatório de segurança, assim como implementar as medidas necessárias para realização do objeto contratual conforme as melhores práticas aplicáveis.

5.5.3.2. Curso de NR-10 – todos os integrantes da equipe técnica que irá atuar na execução do contrato deverão possuir treinamento e certificado de conclusão do curso em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.5.3.3. Curso de NR-35 – Entende-se como trabalho em altura aquele realizado acima de 2,0 metros do nível inferior, assim como quando está presente o risco de queda. No mínimo 25% da equipe deverá conter o treinamento com certificado de conclusão do curso em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

5.5.3.3.1 Somente os profissionais que estiverem habilitados perante a NR35 deverão realizar as atividades que envolvam risco de queda e trabalho em altura.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto será conforme o disposto neste item e anexos.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a CONTRATADA deverá ser aferido pelo fiscal técnico designado pela CONTRATANTE observando as disposições previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação porventura estabelecidos pelas partes;

7.3.2. O objetivo da aferição é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório;

### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a execução do trabalho solicitado.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2024.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.45. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.46. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **8. Infrações e sanções administrativas**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. Forma/critério de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação; R\$ 659.470,34 (seiscentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos)

9.3.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será **o estimado pela administração, não sendo aceito valores acima deste.**

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme modelo anexo ao Edital;

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo ao Edital;

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Deve-se comprovar que a empresa já realizou manutenção e instalação em, pelo menos, 500 unidades de ar condicionado em contratos anteriores.

9.30.1.2. Manutenção de, no mínimo, 30 aparelhos de ares-condicionados simultaneamente, que inclua sistemas de climatização central e aparelhos individuais tipo split, e que contenha fornecimento de insumos;

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Apresentação de certificado de conformidade com as normas técnicas vigentes na área de refrigeração, a saber:

9.31.1. NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade); e

9.31.2. NR-35 (Trabalho em Altura).

9.31.3 Declaração que a empresa possui capacidade, logística e estrutura técnica, para atender às demandas da UFG, como: Oficina própria ou espaço adequado para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos; Equipe; Veículos para deslocamento da equipe e transporte de materiais; Equipamentos e ferramentas necessárias para execução dos serviços, como ferramentas de diagnóstico, equipamentos para carga de gás, entre outros, nos moldes do Anexo do Edital

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **10. Estimativa do Valor da Contratação**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 659.470,34 (seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

## 11. Adequação Orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 15226/26235;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 12364511320RK0052;
- IV) Elemento de despesa: 339030 e 339039;
- V) Plano interno: M0000G6000N e M0000G0100N;
- VI) PTRES: 229936;
- VII) Centro de Custos: 1100 - UFG;
- VIII) Classificação da ação: ATIVIDADE.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. Lista de Anexos

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 12.1.1. Anexo I - Mapa de Gerenciamento de Riscos (veja Documento SEI nº 4755412);
- 12.1.2. Anexo II - Planilha de Preços (veja Documento SEI nº 4748745);
- 12.1.3. Anexo III - Estudos Técnicos Preliminares (veja Documento SEI nº 4861134).

## 13. Disposições Finais

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13.2. Termo de Referência realizado conforme modelo da Consultoria-Geral da União atualizado em novembro de 2024, conforme dados a seguir:

- 13.2.1. Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
- 13.2.2. Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021
- 13.2.3. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
- 13.2.4. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
- 13.2.5. Atualização: NOV/2024

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS**

Técnico em Eletromecânica - SEINFRA/UFG

**PEDRO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA**

Engenheiro Mecânico - SEINFRA/UFG

**MURILO CANDIDO DE OLIVEIRA**

Técnico Administrativo - SEINFRA/UFG

**MARCIO MEDEIROS OLIVEIRA**

Administrador - SEINFRA/UFG

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de Risco 52-2024.pdf (52.2 KB)
- Anexo II - Mapa de Precos 4748745.pdf (180.25 KB)
- Anexo III - ETP\_153052-000079-2024\_2\_.pdf (94.11 KB)

## Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

52/2024

### Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de aparelhos de ares-condicionados da UFG.

Responsável pela Edição

BRUNA MELO SILVA

Data de Criação

05/07/2024 10:02

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

### 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Risco 01: Não haver disponibilidade orçamentária	Ausência de previsibilidade de disponibilidade financeira na época do serviço.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Não será possível a contratação, o que acarreta prejuízos e inexecução dos serviços necessários e ausência de estacionamento e acessibilidade aos usuários dos edifícios.					
	Ações Preventivas					
P-01	Solicitar pronunciamento quanto à dotação orçamentária, ao ordenador de despesas da UFG. Responsável: PAULO EVANGELISTA ARNON PIRES					
	Ações de Contingência					
C-01	Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados. Responsável: PAULO EVANGELISTA ARNON PIRES					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Risco 02: Especificação e Quantitativo insuficientes para os serviços	Ineficácia do planejamento realizado.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.					
	Ações Preventivas					
P-01	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada, forma de prestação do serviço e consulta de quantitativos de processos anteriores. Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS					
	Ações de Contingência					
C-01	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantagem na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório. Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Risco 03: Atraso de Licitação	Eventos imprevistos durante a execução dos tramites da licitação.	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso no trâmite processual e consequentemente no atendimento à demanda dos usuários em relação à acessibilidade e estacionamento local.					
	Ações Preventivas					
P-01	Na abertura das propostas, prevendo-se frequentes recusas de propostas, nomeação de mais pessoas para apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica. Responsável: POLIANA PAULA NASCIMENTO					
	Ações de Contingência					
C-01	Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia. Responsável: POLIANA PAULA NASCIMENTO					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Risco 04: Recursos administrativos	Eventos imprevisíveis na alocação de recursos administrativos.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.					
	Ações Preventivas					

P-01	Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no certame licitatório, <b>Responsável:</b> ROBSON MAIA GERALDINE reduzindo o risco.
<b>Ações de Contingência</b>	
C-01	Análise junto ao Presidente da Comissão de Licitação quanto aos novos prazos <b>Responsável:</b> ROBSON MAIA GERALDINE estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Risco Inexecução dos Serviços Contratados	05: Má gestão da parte de execução do contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Prejuízos à concretização do objeto do contrato. Ausência de estacionamento e acessibilidade no edifício da Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFG) e CIAR, fato que gera transtornos aos usuários.					
Ações Preventivas						
P-01	Empenhar os recursos disponíveis para a execução do serviço contratado; Enviar Ordem de Serviço (OS) dentro do prazo estipulado pelo edital/termo de referência; Certificar-se que a contratada recebeu as OS's e cobrar a devolutiva devidamente assinada.			Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Diante da inexecução parcial e/ou total dos serviços contratados, notificar a empresa contratada aplicando as sanções cabíveis.			Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Risco 06: Má qualidade dos Serviços	Indisponibilidade da contratada e do setor de fiscalização dos contratos.	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
Impactos						
1	Surgimento mais frequente de patologias, redução da vida útil de elementos construtivos, reexecução de trabalhos não conformes e atrasos na entrega da obra.					
Ações Preventivas						
P-01	Fiscalização frequente pelos responsáveis locais nas edificações, exigindo adequação dos serviços conforme estabelecidos no Termo de Referência/Edital.			Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS		
Ações de Contingência						
C-01	Diante dos serviços executados com má qualidade, o contratante deverá notificar a empresa contratada aplicando as sanções cabíveis. Providenciar outro meio de contratação ou atendimento da demanda.			Responsável: HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS  
Membro da comissão de contratação

PEDRO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA  
Membro da comissão de contratação

**MURILO CANDIDO DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

**MARCIO MEDEIROS OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

PROCESSO 23070-013084/2024-07

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	REQUISIÇÃO	COD SIPEC	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	PREÇO 4	PREÇO 5	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002733	CABO, PP, 3/1,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	200	R\$ 5,49	R\$ 4,94	R\$ 5,67	R\$ 5,95	R\$ 5,00	R\$ 5,49	R\$ 1.098,00
2	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002734	CABO, PP, 3/2,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	200	R\$ 6,24	R\$ 6,49	R\$ 6,67	R\$ 9,85	R\$ 9,50	R\$ 6,67	R\$ 1.334,00
3	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002735	CABO, PP, 3/4 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	200	R\$ 12,40	R\$ 10,20	R\$ 9,53	R\$ 9,99		R\$ 10,10	R\$ 2.020,00
4	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002739	CAPACITOR, 10 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 21,88	R\$ 16,80	R\$ 7,00	R\$ 8,59	R\$ 16,20	R\$ 16,20	R\$ 810,00
5	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002740	CAPACITOR, 12 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 40,00	R\$ 40,00	R\$ 41,42	R\$ 22,00		R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
6	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002736	CAPACITOR, 2 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 35,59	R\$ 7,12	R\$ 7,92			R\$ 7,92	R\$ 396,00
7	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002737	CAPACITOR, 2,5 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 24,30	R\$ 27,35	R\$ 32,50	R\$ 20,00		R\$ 25,83	R\$ 1.291,50
8	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002738	CAPACITOR, 3 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 24,30	R\$ 5,81	R\$ 7,11			R\$ 7,11	R\$ 355,50
9	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002741	CAPACITOR, 30+3 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 36,73	R\$ 29,80	R\$ 30,00	R\$ 29,00		R\$ 29,30	R\$ 1.495,00
10	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002742	CAPACITOR, 30+3 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 75,00	R\$ 47,43	R\$ 42,00	R\$ 24,13		R\$ 44,72	R\$ 2.236,00
11	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002743	CAPACITOR, 35 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 51,80	R\$ 27,70	R\$ 29,36	R\$ 30,00		R\$ 29,36	R\$ 1.499,00
12	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000779	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 54,99	R\$ 23,87	R\$ 45,00			R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
13	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002744	CAPACITOR, 35+5 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 38,00	R\$ 30,00	R\$ 40,71	R\$ 17,10		R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
14	3571/2024 (DOC. 4745998)	3026000002745	CAPACITOR, 40 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	50	R\$ 71,76	R\$ 39,34	R\$ 36,00	R\$ 64,32		R\$ 51,83	R\$ 2.591,50
15	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000784	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	12	R\$ 935,00	R\$ 1.000,00	R\$ 788,82	R\$ 1.050,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
16	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000785	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	18	R\$ 1.220,00	R\$ 788,82	R\$ 1.050,00	R\$ 2.805,00		R\$ 1.135,00	R\$ 20.430,00
17	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000786	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	12	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 679,00			R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
18	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000787	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	18	R\$ 1.495,99	R\$ 1.680,00	R\$ 848,00			R\$ 1.495,99	R\$ 26.927,82
19	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000788	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	12	R\$ 948,00	R\$ 679,00	R\$ 1.083,00			R\$ 948,00	R\$ 11.376,00
20	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000789	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	18	R\$ 1.108,91	R\$ 1.261,71	R\$ 1.113,50			R\$ 1.113,50	R\$ 20.007,00
21	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000790	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	10	R\$ 1.400,00	R\$ 1.220,00	R\$ 1.885,00			R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
22	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000791	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	30	R\$ 1.885,00	R\$ 1.190,00	R\$ 1.128,00			R\$ 1.190,00	R\$ 35.700,00
23	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000792	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	8	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 1.845,00			R\$ 3.500,00	R\$ 28.000,00
24	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000793	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	12	R\$ 1.038,85	R\$ 1.390,00	R\$ 1.340,91	R\$ 2.090,00		R\$ 1.319,36	R\$ 15.839,52
25	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000794	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	3	R\$ 2.195,90	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00			R\$ 2.300,00	R\$ 6.900,00
26	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000795	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	7	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00	R\$ 2.694,50			R\$ 2.300,00	R\$ 16.100,00
27	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000796	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	2	R\$ 2.463,30	R\$ 1.663,30	R\$ 2.462,40			R\$ 2.463,30	R\$ 4.926,60
28	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000797	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	3	R\$ 1.154,70	R\$ 1.072,00	R\$ 2.038,00			R\$ 2.038,00	R\$ 8.814,00
29	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000780	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	5	R\$ 790,00	R\$ 469,99	R\$ 499,82			R\$ 494,80	R\$ 2.474,00
30	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000781	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	3	R\$ 885,43	R\$ 573,30	R\$ 539,32			R\$ 573,30	R\$ 1.719,90
31	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000782	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	8	R\$ 658,00	R\$ 705,49	R\$ 700,00			R\$ 700,00	R\$ 5.600,00
32	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000783	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	UNIDADE	12	R\$ 750,00	R\$ 750,00	R\$ 545,04			R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
33	3568/2024 (DOC. 4745998)	30040000000065	FLUIDO, REFRIGERANTE, R22, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	KG	260	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 90,00	R\$ 82,20		R\$ 97,50	R\$ 25.350,00
34	3568/2024 (DOC. 4745998)	30040000000066	FLUIDO, REFRIGERANTE, R410, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	KG	260	R\$ 390,00	R\$ 130,00	R\$ 92,84			R\$ 130,00	R\$ 33.800,00
35	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000376	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 12.000 BTUS	UNIDADE	40	R\$ 750,00	R\$ 700,00	R\$ 800,00			R\$ 750,00	R\$ 30.000,00
36	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000377	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 BTUS	UNIDADE	32	R\$ 750,00	R\$ 700,00	R\$ 800,00			R\$ 750,00	R\$ 24.000,00
37	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000378	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 24.000 BTUS	UNIDADE	19	R\$ 750,00	R\$ 700,00	R\$ 800,00			R\$ 750,00	R\$ 14.250,00
38	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000379	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 BTUS	UNIDADE	4	R\$ 790,00	R\$ 750,00	R\$ 800,00			R\$ 790,00	R\$ 3.160,00
39	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000380	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 36.000 BTUS	UNIDADE	10	R\$ 790,00	R\$ 750,00	R\$ 800,00			R\$ 790,00	R\$ 7.900,00
40	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000381	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 48.000 BTUS	UNIDADE	4	R\$ 850,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00			R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
41	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000382	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 60.000 BTUS	UNIDADE	4	R\$ 850,00	R\$ 800,00	R\$ 800,00			R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
42	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000371	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	UNIDADE	174	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00			R\$ 250,00	R\$ 43.500,00
43	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000372	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 ATÉ 48.000 BTUS	UNIDADE	100	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00			R\$ 250,00	R\$ 25.000,00
44	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000370	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	UNIDADE	326	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00			R\$ 250,00	R\$ 81.500,00
45	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000369	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00			R\$ 190,00	R\$ 28.500,00
46	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000375	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 ATÉ 48.000 BTUS	UNIDADE	100	R\$ 190,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00			R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
47	3556/2024 (DOC. 4745993)	3917000000373	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 150,00	R\$ 200,00			R\$ 190,00	R\$ 28.500,00
48	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000775	TUBO, COBRE, 3/8 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	50	R\$ 21,94	R\$ 18,80	R\$ 21,00	R\$ 22,00	R\$ 28,85	R\$ 21,94	R\$ 1.097,00
49	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000776	TUBO, COBRE, 1/2 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	50	R\$ 47,84	R\$ 47,84	R\$ 50,59	R\$ 46,30	R\$ 38,90	R\$ 47,84	R\$ 2.392,00
50	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000774	TUBO, COBRE, 1/4 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	50	R\$ 21,53	R\$ 14,80	R\$ 32,50	R\$ 40,00		R\$ 27,02	R\$ 1.351,00
51	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000778	TUBO, COBRE, 3/4 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	50	R\$ 45,00	R\$ 58,90	R\$ 47,80	R\$ 48,16	R\$ 53,95	R\$ 48,16	R\$ 2.408,00
52	3572/2024 (DOC. 4746004)	3025000000777	TUBO, COBRE, 5/8 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	METRO	50	R\$ 49,42	R\$ 49,42	R\$ 59,51	R\$ 45,70		R\$ 49,42	R\$ 2.471,00
VALOR ESTIMADO												R\$ 628.470,34

OBSERVAÇÕES

OS PREÇOS ORÇAMENTAIS COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 69 DE 07 DE JULHO DE 2021 - LEI Nº 54.139;

OS PREÇOS DE MONTE-TOPO NESTE MAPA, REFLETEM OS VALORES ORÇAMENTAIS DO RELATÓRIO DE COTAÇÃO, DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO, CONSTANTES NO DOCUMENTO SEI Nº 4706327;

OS PREÇOS EM DESTAQUE EM AMARELO, SÃO VALORES PRESUMIDOS EM MÉDIA ESPECIALIZADA DA ÁREA, TAMBÉM RETIRADOS DO RELATÓRIO CITADO ACIMA;

OS PREÇOS DESTACADOS EM VERDE, SÃO VALORES PRESUMIDOS DIRETAMENTE COM FORNECEDORES DA ÁREA, CONFORME DOCUMENTOS SEI Nº 4471736 (PREÇO 1), Nº 4471761 (PREÇO 3) E Nº 4471804 (PREÇO 5);

A ESTIMATIVA FOI CALCULADA ATRAVÉS DA MÉDIA DOS ITENS.



# Estudo Técnico Preliminar 79/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23070.013084/2024-07

## 2. Objeto

O objeto do presente ETP é a contratação, sob demanda, de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de aparelhos de ares-condicionados nas dependências da Universidade Federal de Goiás, no Campus Colemar Natal e Silva e Samambaia em Goiânia/GO e Campus Aparecida de Goiânia em Aparecida de Goiânia/GO, com fornecimento de material.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CABO PP 3/1,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	616158	METRO	200	R\$ 5,49	R\$ 1.098,00
2	CABO PP 3/2,5 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	344100	METRO	200	R\$ 6,67	R\$ 1.334,00
3	CABO PP 3/4 MM, METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	415718	METRO	200	R\$ 10,10	R\$ 2.020,00
4	CAPACITOR 10 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235019	UNIDADE	50	R\$ 16,20	R\$ 810,00
5	CAPACITOR 12 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	387633	UNIDADE	50	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
6	CAPACITOR 2 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	296556	UNIDADE	50	R\$ 7,92	R\$ 396,00
7	CAPACITOR 2,5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	287484	UNIDADE	50	R\$ 25,83	R\$ 1.291,50
	CAPACITOR 3 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO					

8	MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235018	UNIDADE	50	R\$ 7,11	R\$ 355,50
9	CAPACITOR 30 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	244464	UNIDADE	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00
10	CAPACITOR, 30+2,5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	244464	UNIDADE	50	R\$ 44,72	R\$ 2.236,00
11	CAPACITOR, 35 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 29,98	R\$ 1.499,00
12	CAPACITOR, 35+2,5 UF - 5 UF, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
13	CAPACITOR, 35+5 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	235020	UNIDADE	50	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
14	CAPACITOR, 40 UF - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	392893	UNIDADE	50	R\$ 51,83	R\$ 2.591,50
15	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	478343	UNIDADE	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
16	COMPRESSOR, 12.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	478343	UNIDADE	18	R\$ 1.135,00	R\$ 20.430,00
17	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	266263	UNIDADE	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
18	COMPRESSOR, 18.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	266263	UNIDADE	18	R\$ 1.495,99	R\$ 26.927,82
19	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	264706	UNIDADE	12	R\$ 948,00	R\$ 11.376,00
20	COMPRESSOR, 24.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	264706	UNIDADE	18	R\$ 1.111,50	R\$ 20.007,00

21	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286430	UNIDADE	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
22	COMPRESSOR, 30.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286430	UNIDADE	30	R\$ 1.190,00	R\$ 35.700,00
23	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	369710	UNIDADE	8	R\$ 3.500,00	R\$ 28.000,00
24	COMPRESSOR, 36.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	369710	UNIDADE	12	R\$ 1.319,96	R\$ 15.839,52
25	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286402	UNIDADE	3	R\$ 2.300,00	R\$ 6.900,00
26	COMPRESSOR, 48.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	286402	UNIDADE	7	R\$ 2.300,00	R\$ 16.100,00
27	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	243684	UNIDADE	2	R\$ 2.463,30	R\$ 4.926,60
28	COMPRESSOR, 60.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	243684	UNIDADE	3	R\$ 2.938,00	R\$ 8.814,00
29	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R22 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	376457	UNIDADE	5	R\$ 494,80	R\$ 2.474,00
30	COMPRESSOR, 7.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	376457	UNIDADE	3	R\$ 573,30	R\$ 1.719,90
31	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	467569	UNIDADE	8	R\$ 700,00	R\$ 5.600,00
32	COMPRESSOR, 9.000 BTUS, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	467569	UNIDADE	12	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00
	FLUIDO, REFRIGERANTE, R22 - APLICAÇÃO					R\$

33	REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	232267	KG	260	R\$ 97,50	25.350,00
34	FLUIDO, REFRIGERANTE, R410 - APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	232267	KG	260	R\$ 130,00	R\$ 33.800,00
35	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 12.000 BTUS -	2020	UNIDADE	40	R\$ 750,00	R\$ 30.000,00
36	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 BTUS	2020	UNIDADE	32	R\$ 750,00	R\$ 24.000,00
37	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 24.000 BTUS	2020	UNIDADE	19	R\$ 750,00	R\$ 14.250,00
38	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 790,00	R\$ 3.160,00
39	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 36.000 BTUS	2020	UNIDADE	10	R\$ 790,00	R\$ 7.900,00
40	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 48.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
41	SERVIÇO, INSTALAÇÃO, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 60.000 BTUS	2020	UNIDADE	4	R\$ 800,00	R\$ 3.200,00
42	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	3492	UNIDADE	174	R\$ 250,00	R\$ 43.500,00
43	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 ATÉ 48.000 BTUS	3492	UNIDADE	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00
44	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, CORRETIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	3492	UNIDADE	326	R\$ 250,00	R\$ 81.500,00
45	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 18.000 ATÉ 24.000 BTUS	3492	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 28.500,00

46	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 30.000 ATÉ 48.000 BTUS	3492	UNIDADE	100	R\$ 190,00	R\$ 19.000,00
47	SERVIÇO, MANUTENÇÃO, PREVENTIVA, APARELHO AR CONDICIONADO, SPLIT 7.000 ATÉ 12.000 BTUS	3492	UNIDADE	150	R\$ 190,00	R\$ 28.500,00
48	TUBO, COBRE, 3/8 - METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	371624	METRO	50	R\$ 21,94	R\$ 1.097,00
49	TUBO, COBRE, 1/2 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	346251	METRO	50	R\$ 47,84	R\$ 2.392,00
50	TUBO, COBRE, 1/4 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	335763	METRO	50	R\$ 27,02	R\$ 1.351,00
51	TUBO, COBRE, 3/4 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	321246	METRO	50	R\$ 48,16	R\$ 2.408,00
52	TUBO, COBRE, 5/8 METRO, APLICAÇÃO REPOSIÇÃO MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO	346252	METRO	50	R\$ 49,42	R\$ 2.471,00
Valor Máximo da Contratação						R\$ 659.470,34

### 3. Descrição da necessidade

A fim de que as atividades institucionais tenham continuidade e que o interesse público seja preservado, é responsabilidade da administração pública gerir e preservar seu patrimônio, sejam bens móveis ou imóveis. Nesse sentido, é de suma importância a contratação de empresa para instalação, manutenção preventiva e manutenção corretiva de aparelhos de ar-condicionados nas dependências da Universidade Federal de Goiás.

A manutenção adequada dos sistemas de ar-condicionado é essencial para garantir a eficiência operacional, o conforto térmico e a qualidade do ar em ambientes climatizados. Dada a importância desses sistemas para o bem-estar dos usuários e a continuidade das atividades diárias, torna-se imprescindível a realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva. Esses serviços visam não apenas prolongar a vida útil dos equipamentos, mas também assegurar a conformidade com as normas técnicas e regulatórias, além de otimizar o consumo energético e minimizar possíveis interrupções no funcionamento dos sistemas.

A necessidade de substituir componentes e realizar reparos técnicos é crucial para assegurar a funcionalidade contínua dos equipamentos de climatização. Sem a devida manutenção, há um risco significativo de desgaste prematuro e falhas inesperadas, o que pode resultar em custos elevados de substituição e reparo, além de comprometer a operação normal dos ambientes climatizados.

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEINFRA/UFG	HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento da necessidade, a contratada, além de observar as diretrizes gerais e específicas contidas nas Instruções Normativas aplicáveis à natureza dos serviços, deverá comprovar aptidão técnica.

Apresentar o Profissional Responsável Técnico, o qual deverá manter registro ou inscrição na entidade profissional competente. O profissional, indicado será o único preposto do fornecedor para assumir responsabilidades técnicas relativas ao fornecimento, dirimir dúvidas, propor soluções e subscrever toda e qualquer documentação técnica endereçada à contratante.

No caso de substituição do Responsável Técnico - RT pelos serviços, deverá ser apresentado substituto, com qualificação igual ou superior, a critério do tomador dos serviços.

Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação e manutenção, ao longo do período de vigência do contrato, registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica (pública ou privada referente da pessoa jurídica), com objeto semelhante ao do objeto deste, no qual o fornecedor conste como executor dos serviços, bem como, com a indicação do profissional Responsável Técnico- RT pelos serviços, à época.

Declarar e arcar com todas as despesas diretas e indiretas relativas à execução dos serviços, incluindo-se as atinentes a emolumentos, taxas, licenças, de modo a que não restem quaisquer ônus adicionais além do valor proposto pela interessada;

A empresa vencedora do certame deverá disponibilizar um canal de comunicação direta durante o horário comercial, de forma que as solicitações de manutenções e instalações sejam iniciadas em no máximo 12 horas, contados a partir da emissão de ordem de serviço.

A empresa deverá também gerenciar suas equipes, planejar suas atividades e executar integralmente toda solicitação, conforme descrito em documento pertinentes a este processo, com os custos por ela apresentados na proposta financeira e dentro do prazo estabelecido.

São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todo ferramental, equipamentos e instrumentação necessários à realização dos serviços, mantidos em pleno estado de conservação e operação.

São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalações.

A CONTRATADA deverá manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização a qualquer tempo, adequados à produtividade, compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os em caso de defeito em prazo hábil.

O local para armazenamento, caso seja necessário, dos equipamentos e ferramentas será indicado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para este fim perfeitamente limpa e organizada.

Os profissionais designados pela CONTRATADA para execução dos serviços deverão apresentar-se ao local de trabalho trajando uniforme completo e limpo, com crachá de identificação. Como uniforme completo considera-se o conjunto de calça, camisa e calçado com solado de borracha, em condições de perfeito isolamento, além de outros equipamentos de proteção individual (EPIs), que poderão ser exigidos pela CONTRATANTE, conforme a natureza da tarefa, e/ou legislação específica.

A empresa contratada deverá promover o isolamento da área e sinalização durante o período da atividade.

#### **Segurança do trabalho:**

1. Fornecimento de EPI's – a empresa deverá fornecer todos os EPIs necessários para atuação da equipe técnica na execução do objeto contratual.

a. O termo de retirada de EPI pelo profissional deverá ser apresentado à fiscalização antes do efetivo início das atividades.

b. A empresa deverá promover a utilização obrigatória dos EPIs e cumprimento das normas de segurança no trabalho vigentes.

c. O técnico de segurança da empresa poderá realizar vistoria prévia dos ambientes, cabendo a este profissional: reconhecer, analisar, monitorar e antecipar-se aos perigos existentes no ambiente de trabalho. O relatório prévio de segurança deverá ser entregue para a fiscalização antes do início efetivo das atividades.

d. A empresa deverá assegurar que a equipe técnica esteja ciente das condições previstas no relatório de segurança, assim como implementar as medidas necessárias para realização do objeto contratual conforme as melhores práticas aplicáveis.

2. Curso de NR-10 – todos os integrantes da equipe técnica que irá atuar na execução do contrato deverão possuir treinamento e certificado de conclusão do curso em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

3. Curso de NR-35 – Entende-se como trabalho em altura aquele realizado acima de 2,0 metros do nível inferior, assim como quando está presente o risco de queda. No mínimo 25% da equipe deverá conter o treinamento com certificado de conclusão do curso em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

a. Somente os profissionais que estiverem habilitados perante a NR35 deverão realizar as atividades que envolvam risco de queda e trabalho em altura.

## **6. Levantamento de Mercado**

A partir do levantamento realizado, verificou-se que a contratação, nos termos em que se pretende realizar, é usual no mercado, podendo ser plenamente atendida pela maioria das empresas especializadas nesse serviço. Além disso, nas contratações estudadas não se encontrou modelo diverso para a contratação e realização dos serviços em questão.

Conclui-se, assim, que a contratação de empresa especializada para execução de serviço de Manutenção Preventiva, corretiva e instalações de aparelhos de ar-condicionado nas dependências de UFG, é a maneira mais eficiente de atender a esta necessidade da Administração. Com isso, sugere-se que a contratação se dê por meio de licitação, na modalidade tomada de preço, do tipo menor preço global, sendo que a escolha do regime de execução do tipo empreitada por preço unitário traz como vantagem a contratação da execução da obra ou o serviço por preço certo de unidades determinadas.

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução, sintetizando as informações dispostas neste estudo, consiste basicamente na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, pelo período de 6 (seis) meses, conforme especificações e condições constantes em edital.

Para maior agilidade na correção de defeitos dos aparelhos, a contratada deverá realizar o fornecimento de peças para reposição, quando as mesmas forem necessárias e será realizado o pagamento dos valores referentes às peças substituídas em conformidade com o previsto neste documento.

O objeto contratado será executado conforme as rotinas e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência e no Plano de Manutenção, dentro dos preceitos da boa técnica e de acordo com os padrões de qualidade indispensáveis ao perfeito atendimento da finalidade a que se destina.

A manutenção preventiva, cujo objetivo é diminuir as possibilidades de paralisações, contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos e instalações funcionando em condições normais e compreende: manutenção do bom estado de conservação, substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos equipamentos, limpeza, regulagem, inspeção e simulação de testes em todo o sistema, entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos e instalações.

Na manutenção corretiva, a empresa deverá rever instalações, remover os defeitos de funcionamento de qualquer natureza apresentados pelos materiais, equipamentos e instalações. Deverá ser realizada por técnicos especializados, quando solicitado pela fiscalização.

A empresa se obriga a manter serviço de pronto atendimento, devidamente dotado dos materiais, equipamentos e ferramentais necessários e com mão-de-obra especializada disponível, de forma a possibilitar o atendimento com presteza e o restabelecimento do regular funcionamento dos equipamentos/sistemas.

No âmbito das atividades a serem desempenhadas, as intervenções deverão atender, no mínimo, a descrição contida na tabela a seguir.

ATIVIDADES
Efetuar limpeza dos filtros de ar e/ou substituir por novos caso necessário;
Efetuar a limpeza externa do gabinete do evaporador;
Verificar a operação da drenagem e corrigir caso necessário;
Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
Verificar e corrigir a operação dos termostatos, controles e sensores de temperatura;
Higienizar evaporadores com aplicação de bactericida;
Verificar e eliminar odores desagradáveis nos ambientes climatizados;
Efetuar a limpeza da serpentina do evaporador;
Efetuar a limpeza do ventilador/rotor do evaporador;
Efetuar a limpeza da bandeja de condensado;
Verificar e corrigir reaperto de terminais/conexões elétricas;
Verificar e corrigir corrente/pressão/tensão;
Verificar e corrigir carga de gás.
Efetuar limpeza do condensador;
Verificar estados dos compressores;
Efetuar lubrificação geral dos equipamentos;
Verificar estado dos suportes/coxins e corrigir caso necessário;



Verificar e corrigir focos de corrosão nos equipamentos/acessórios;
Verificar e corrigir o isolamento térmico das linhas de cobre;
Análise da Qualidade do Ar (RE/09);

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foi feito levantamento através de consulta no sistema de requisições, onde foi verificado a necessidade de contratação de cerca de 1.100 intervenções, sendo manutenções corretivas, preventivas e instalações de aparelhos de ares-condicionados.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 659.470,34

O procedimento de pesquisa de preços previsto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, e regulamentado na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Realizou-se pesquisa direta de preços, com 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail.

Os custos previstos foram realizados no Banco de Preços e cotação junto às Empresas locais que executam atividades objeto deste ETP. A estimativa foi calculada através da Mediana dos Itens.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento da solução.

Os itens serão agrupados em 01 (um) grupo em razão do fornecimento de mão de obra e de peças, pois na possibilidade de defeito de uma peça instalada, não haverá conflito entre responsabilizar fornecedor ou instalador, visto que uma única empresa será responsável pelos dois itens. Além disso, caso fossem empresas diferentes a fornecer as peças e a instalar, o quadro técnico da Universidade deveria se responsabilizar por mediar o contato entre as duas empresas. Assim, considerando o elevado quantitativo de ar-condicionado com localizações diversas, essa mediação dificultaria a fiscalização em virtude do reduzido quadro de fiscais e baixo orçamento da UFG.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento Estratégico Institucional e todos os serviços a serem adquiridos foram previstos no Plano Anual de Contratações para o ano de 2024.

### 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para esta aquisição são os seguintes:

- Garantir o conforto térmico dos usuários.
- Busca-se, ainda, zelar pela conservação do patrimônio público, visando não comprometer a vida útil dos equipamentos;
- Evitar prejuízos (perdas de amostras em laboratórios de pesquisa).

### 14. Providências a serem Adotadas

O serviço deverá ser prestado sob demanda, ficando a cargo da SEINFRA a indicação das intervenções, por meio de Ordem de Serviço (O.S).

Serviços de manutenção corretivas com troca de peças deverão ser consideradas na proposta de forma separada. (serviços e peças de reposição).

Serviços de manutenção Preventiva, deverão ser consideradas nas propostas apenas mão de obra. Os materiais inerentes a essa limpeza, como detergente, ferramental, fungicidas e demais itens necessários, devem estar contemplados na mão de obra. Essa manutenção deverá considerar obrigatoriamente a limpeza dos filtros de ar, limpeza das bandejas coletoras de água, limpeza da serpentina, aplicação de produto bactericida, fungicida e germicida na evaporadora. Verificação do sistema elétrico, reaperto das conexões e limpeza da serpentina da condensadora.

Serviços de instalação serão separados por capacidade e deverão contemplar todo o material necessário, com rede frigorígena de até 5 metros de distância entre a condensadora e evaporadora. Para equipamentos inverter a distância mínima é de 3 metros, ou conforme o manual do fabricante.

Os serviços de instalação que exceder o tamanho de 5 metros, o material deve ser pago a parte, por metro linear de tubulação (tubos de cobre, tubos esponjosos e fita PVC), conforme tabela de preços de materiais.

Para instalação de equipamentos novos, que já vem com fluído refrigerante armazenado, a contratada deverá considerar na instalação eventual complemento do referido fluído, sem ônus para a contratante.

Para a instalação de equipamentos usados, a contratada fará a recarga de fluído refrigerante e cobrará por grama, conforme tabela de materiais.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

Todos os eventuais impactos ambientais na execução do objeto desse contrato receberão as devidas medidas de tratamento ou mitigadoras, buscando sanar os riscos ambientais inerentes da execução dos serviços.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HIATHA ANDERSON FERREIRA SANTOS**

Membro da comissão de contratação

**PEDRO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação

**MURILO CANDIDO DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

**MARCIO MEDEIROS OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

## **17. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **17.1. Justificativa da Viabilidade**

Conclui-se que a contratação da empresa especializada para a instalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado nas dependências da Universidade Federal de Goiás (UFG) é tecnicamente e economicamente viável.